



CLIPPING

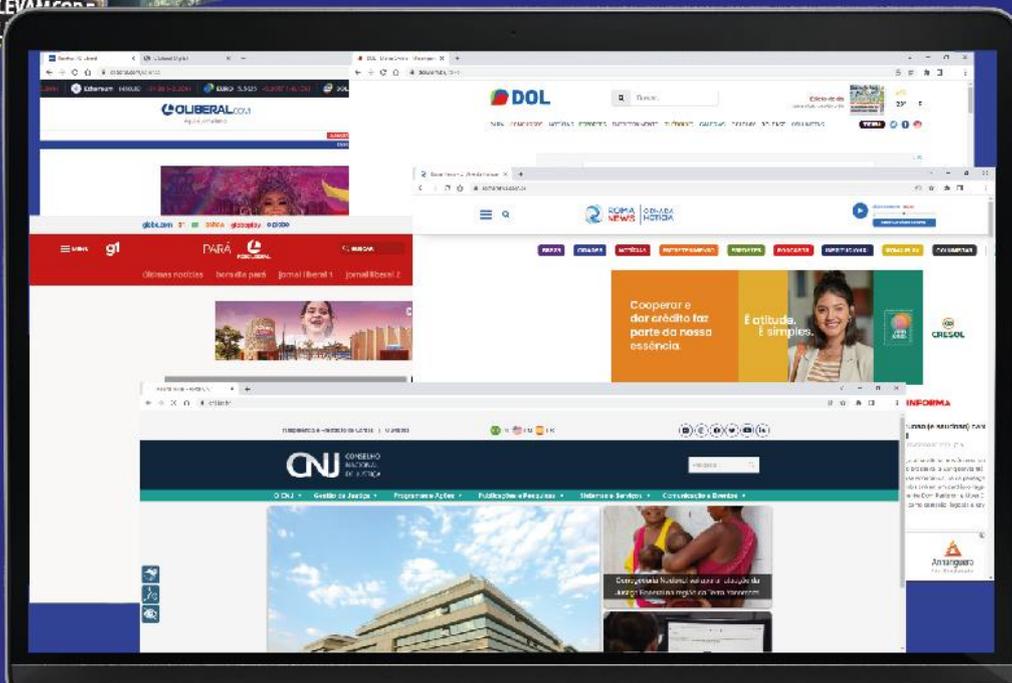
Quinta-feira
2
de Março
de 2023



SEU BOLSO SALÁRIO MÍNIMO PODE TER REAJUSTE DIA 1º DE MAIO

A informação é do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Ele também destacou a retomada das obras públicas como um impulso para oportunidades de emprego.

DESFILÉ OFICIAL
ESCOLAS LEVAM CORO
BRILHO À AL



REPÓRTER

70

> RECUPERAÇÃO EMPREGOS

A Assembleia Geral de Credores da Endicon Engenharia aprovou o pedido de recuperação judicial da empresa, que tem matriz em Belém.

CONTRATOS

A dívida é de R\$ 160 milhões e o pedido tramitava desde abril do ano passado junto à 13ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém. O advogado da Endicon, Renan Gama Malcher, explicou que o plano aprovado ontem foi pioneiro no Brasil, porque estabelece o pagamento dos credores, em sua integralidade, pela cessão dos direitos creditórios de uma ação judicial que tem a Endicon como autora, o que no mercado é chamado de Claim. Para os 1,6 mil empregados, a notícia foi recebida com alívio, já que, com isso, as operações serão mantidas e a empresa poderá buscar novos contratos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MARABÁ

Justiça mantém suspensas demolições de imóveis em duas comunidadesTAY MARQUIORO
DE MARABÁ

A demolição de imóveis nas comunidades conhecidas como Beiradão e Jai-sópolis, às margens do Rio Tocantins, em Marabá, continua proibida por decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). A determinação em 2ª instância, divulgada esta semana, é um indeferimento ao pedido da Superintendência de Desenvolvimento Urbano de Marabá (SDU) para dar seguimento à operação.

"Cumprе ressaltar, que

a tutela jurisdicional deve ser prestada não somente em atenção ao direito social de moradia, mas também à função social da propriedade, sob a ótica do fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana e sem prejuízo dos demais valores de cunho ambiental e daqueles relacionados ao desenvolvimento urbano, a fim de encontrar a solução mais justa e constitucionalmente mais adequada", afirmou a magistrada Célia Regina de Lima Pinheiro na decisão.

Desde o ano passado, a

SDU vem dando apoio na ação de desapropriação dessa que é uma área de proteção permanente. Centenas de famílias lá ocuparam e beneficiaram lotes no local. Apesar da interpretação da desembargadora, Mancipor Lopes, superintendente de Desenvolvimento Urbano, defende que a notificação dos invasores e demolição de alguns imóveis são medidas necessárias.

"Fomos acionados pela Polícia Civil para dar início à operação, pois havia a suspeita de furto de energia e crime ambiental, já que aquela é uma área de



Casas foram construídas em uma área de proteção permanente, às margens do Rio Tocantins

proteção. Então iniciamos a identificação dos ocupantes e solicitamos documentos que comprovassem a dos lotes e a regularidade das construções. No local, nós constatamos a existência de imóveis de um padrão

consideravelmente alto para uma comunidade dita 'ribeirinha', disse Mancipor.

Ainda segundo o superintendente, o alvo da ação conjunta entre SDU e Polícia Civil não são as famílias ribeirinhas, mas evitar que a



área de proteção vire centro de especulação por pessoas que não precisam desses lotes. "Um grupo de pessoas foi chamado a prestar informações na delegacia e alguns se identificaram como empresários, comerciantes, servidores públicos... ou seja, pessoas de um certo poder aquisitivo. Então, entendemos que essas propriedades são destinadas ao mero lazer", avalia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

FEMINICÍDIO EM SOURE

Amepa: vítima não pediu medida protetiva

DA REDAÇÃO

Sobre o caso de feminicídio de Mayara Figueiredo Gonçalves, morta com uma facada nas costas, na madrugada do último domingo (26), no município de Soure, no arquipélago do Marajó, a Associação dos Magistrados do Pará (Amepa) afirma que não houve representação da

vítima por medida protetiva. O suspeito, identificado como Jean Amaro, foi preso nas primeiras horas de segunda-feira (27), no bairro do Tatu, naquela mesma cidade. Segundo a polícia, o crime aconteceu dentro da residência do casal, localizada no bairro Macaxeira.

Inicialmente, foi divulgado que a vítima entrou

com pedido de medida protetiva contra Jean, mas teve o pedido negado pelo Poder Judiciário. Contudo, a Amepa esclarece que "em momento algum houve representação da vítima por medida protetiva", sendo inverídica a afirmação.

Com base no levantamento de informações penitenciárias, a polícia identificou que o as-

sassino possui diversas passagens pelo Sistema Criminal. Inclusive, já havia sido preso, em flagrante, por lesão corporal contra Mayara, o que foi confirmado pela Amepa. "O mesmo acusado foi preso em flagrante no dia 27/04/2022 pelo crime de lesão corporal com violência doméstica nos autos de nº 0800418-

86.2022.8.14.0059, convertida em preventiva na audiência de custódia", detalha a Associação.

"Posteriormente, após o término da instrução processual, a pedido da defesa e do Ministério Público, em 09/08/22 foi colocado em liberdade provisória mediante cautelares diversas da prisão. Em momento algum houve representação da vítima por medida protetiva. Logo, é completamente inverídica e descabida a afirmação da noti-

cia de que foi indeferida medida protetiva pelo juízo. Em 28 de fevereiro deste ano, o agente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva e audiência de custódia designada para a presente data", diz o comunicado da Amepa.

Jean foi preso pela polícia na última segunda-feira e conduzido à delegacia para a realização dos procedimentos cabíveis ao flagrante. A polícia não forneceu detalhes sobre o depoimento dele.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

LINHA DIRETA

O Judiciário se prepara para realizar a 23ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa, de 6 a 11 de março deste ano, cuja programação inclui esforços concentrados para agilizar o julgamento dos casos de feminicídio e os processos relacionados à violência contra a mulher em todo o Estado.

Paralelamente, a semana terá ações pedagógicas, criadas para dar visibilidade ao assunto e sensibilizar a sociedade. Na abertura, ocorrerá a roda de conversa “Violência Doméstica e Seu Impacto no Mercado de Trabalho: Por que as Instituições Devem se Preocupar Com Isso?”.

A desembargadora Ezilda Pastana Mutran tomou posse na terça-feira (28) como juíza substituta da Corte Eleitoral do TRE-PA, em cerimônia no gabinete da presidência. “Encaro essa escolha como um chamado e conto com a colaboração de todos para que possamos aplicar a Justiça verdadeira e desenvolver um serviço que faça a diferença”, afirmou Ezilda.

BELÉM

Justiça mantém suspensão das demolições em área de ocupação irregular

Autoridades defendem que o local está sendo ocupado também por invasores que não precisam de um lote

Tay Marquioro

01.03.23 15h45



As comunidades têm vista privilegiada, de frente para o Rio Tocantins, mas estão em áreas de proteção permanente (Divulgação / Polícia Civil)

A demolição de imóveis nas comunidades conhecidas como Beiradão e Jaisópolis, às margens do Rio Tocantins, em Marabá, continua proibida por

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). A determinação em 2ª instância, divulgada esta semana, é um indeferimento ao pedido da Superintendência de Desenvolvimento Urbano de Marabá (SDU) para dar seguimento à operação.

“Cumpre ressaltar, que a tutela jurisdicional deve ser prestada não somente em atenção ao direito social de moradia, mas também à função social da propriedade, sob a ótica do fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana e sem prejuízo dos demais valores de cunho ambiental e daqueles relacionados ao desenvolvimento urbano, a fim de encontrar a solução mais justa e constitucionalmente mais adequada”, afirmou a magistrada Célia Regina de Lima Pinheiro na decisão.

Desde o ano passado, a SDU vem dando apoio na ação de desapropriação dessa que é uma área de proteção permanente. Centenas de famílias lá ocuparam e beneficiaram lotes no local. Apesar da interpretação da desembargadora, Mancipor Lopes, superintendente de Desenvolvimento Urbano, defende que a notificação dos invasores e demolição de alguns imóveis são medidas necessárias.

“Fomos acionados pela Polícia Civil para dar início à operação, pois havia a suspeita de furto de energia e crime ambiental, já que aquela é uma área de proteção. Então iniciamos a identificação dos ocupantes e solicitamos documentos que comprovassem a dos lotes e a regularidade das construções. No local, nós constatamos a existência de imóveis de um padrão consideravelmente alto para uma comunidade dita ‘ribeirinha’”, disse Mancipor.

Ainda segundo o superintendente, o alvo da ação conjunta entre SDU e Polícia Civil não são as famílias ribeirinhas, mas evitar que a área de proteção vire centro de especulação por pessoas que não precisam desses lotes. “Um grupo de pessoas foi chamado a prestar informações na delegacia e alguns se

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

identificaram como empresários, comerciantes, servidores públicos... ou seja, pessoas de um certo poder aquisitivo. Então, entendemos que, entre essas pessoas, não existe a finalidade de moradia, de ocupação de interesse social. No caso delas, essas propriedades são destinadas ao mero lazer”, avalia.

Mancipor Lopes afirma que a SDU respeita a decisão da magistrada, mas que ainda deve recorrer da decisão.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

Endicon tem plano de recuperação judicial aprovado por credores

O plano aprovado manterá 1.690 empregos diretos

O Liberal

01.03.23 15h56



A Endicon trabalha na área de medição de energia elétrica, bem como no processo e desenvolvimento de equipamentos para lavagem de redes energizadas (Divulgação)

Foi aprovado, nesta quarta-feira (1º), em **assembleia geral de credores**, o **plano de recuperação judicial proposto pela Endicon**, empresa

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

do ramo de engenharia que atua desde 1975 no Pará. O plano aprovado, que contempla mais de mil credores, **manterá 1.690 empregos diretos**.

A Endicon ajuizou pedido de recuperação judicial em 23 de abril de 2021, tramitando o processo perante o Juízo da 13ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém. O pleito foi deferido em 28 de abril de 2021. E o plano de recuperação judicial foi aprovado agora, por meio de assembleia geral de credores. “**O pagamento previsto será realizado por meio de cessões parciais do direito de crédito** relacionado a uma ação judicial movida pela Endicon, ou seja, **não representará um dispêndio de caixa da empresa**”, explicou o advogado Renan Malcher, do escritório **Gama Malcher Consultores Associados**, que representa a Endicon nesse processo.

Segundo o jurista, no horizonte da Endicon, a partir de agora, está a **meta de voltar a crescer**. “A Endicon que focar no futuro, na superação da crise e na aquisição de novos contratos, para voltar a crescer e a **gerar empregos**, como sempre fez no nosso Estado”, completou o advogado.

“Na data de hoje, 1º de março, os credores aprovaram, em assembleia geral, o plano de recuperação judicial da empresa, que deve ser juntado ao processo para apreciação do juízo, especificamente, quanto aos aspectos de sua legalidade. Presidida por um administrador judicial, a **assembleia tem caráter soberano**”, informou o **Tribunal de Justiça do Estado (TJPA)**, por meio de nota.

Com matriz no Pará, a Endicon está presente em todas as regiões do Brasil, em diversas concessionárias de energia elétrica, prefeituras, empresas mineradoras e petrolíferas, entre outras, trabalhando, principalmente, na **exteriorização da medição de energia elétrica**, bem como no processo e desenvolvimento de **equipamentos para lavagem de redes energizadas**.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Para o advogado tributarista e especialista em contabilidade e finanças empresariais, Jimmy do Carmo, **o plano de recuperação judicial representa um norte para que a empresa cumpra com suas obrigações.** “A recuperação judicial tem várias fases e a aprovação do plano de recuperação é um **momento decisivo para o sucesso da recuperação judicial**, que busca preservar as empresas e, também, os direitos dos credores. A partir daí, a empresa terá que cumprir todas as cláusulas que o plano prevê. É como se fosse um contrato multilateral em que todas as partes concordam em se submeter àquelas condições previstas”, detalhou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AMAZÔNIA

POLÍCIA

Acusado de tentar matar a ex-companheira a facadas é absolvido em Belém

O crime ocorreu no dia 22 de fevereiro de 2014, dentro da residência da vítima

O Liberal

01.03.23 19h45



Lauro Ferreira da Costa Júnior, acusado de tentar matar a ex-companheira Sara da Silva Madeira, foi absolvido do crime de tentativa de **homicídio qualificado**, na manhã desta quarta-feira (1º), durante julgamento realizado em **Belém**. O crime ocorreu no dia 22 de fevereiro de 2014, dentro da residência da vítima. Sara foi atingida com facadas pelas costas, desferidas por Lauro, que não aceitava o fim do relacionamento. A sessão foi presidida pelo juiz Edmar Pereira, do 1º Tribunal do Júri de Belém.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

De acordo com informações do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), a promotoria considerou a ausência da vítima, além do laudo do exame de corpo de delito, que atestou lesão corporal leve, e requereu a absolvição do acusado.

O defensor público ratificou o entendimento e defendeu a absolvição do acusado. Por maioria dos votos, os jurados absolveram o réu.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AMAZÔNIA

POLÍCIA

‘Em momento algum houve representação da vítima por medida protetiva’, diz Amepa sobre feminicídio

Associação dos Magistrados do Pará afirma que acusado foi preso em flagrante em abril de 2022 pelo crime de lesão corporal com violência doméstica, mas foi solto em agosto do mesmo ano

O Liberal

01.03.23 13h14



Suspeito já tinha sido preso antes, mas foi solto por decisão do MPPA. (Divulgação / PC)

Sobre o caso de **feminicídio** de **Mayara Figueiredo Gonçalves**, morta com uma **facada nas costas**, na madrugada do último domingo (26), no município de **Soure**, na ilha do **Marajó**, região do nordeste paraense, a **Amepa**, Associação do Magistrados do Pará, afirma que **não houve representação da**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

vítima por medida protetiva. O **suspeito**, identificado como **Jean Amaro**, foi **preso** nas primeiras horas de segunda-feira (27), no bairro do Tatu, naquela mesma cidade. Segundo a polícia, o crime aconteceu dentro da residência do casal, localizada no bairro Macaxeira.

Inicialmente, foi divulgado que a vítima entrou com pedido de medida protetiva contra Jean, mas teve o pedido negado pelo Poder Judiciário. Contudo, a Amepa esclarece que "**em momento algum houve representação da vítima por medida protetiva**", sendo inverídica a afirmação.

Com base no levantamento de informações penitenciárias, a polícia identificou que o **assassino possui diversas passagens pelo Sistema Criminal**. Inclusive, já havia sido **preso, em flagrante, por lesão corporal contra Mayara**, o que foi confirmado pela Amepa. "O mesmo acusado foi **preso em flagrante no dia 27/04/2022** pelo crime de lesão corporal com violência doméstica nos autos de nº 0800418-86.2022.8.14.0059, convertida em preventiva na audiência de custódia", detalha a Associação.

"Posteriormente, após o término da instrução processual, a pedido da defesa e do Ministério Público, **em 09/08/22 foi colocado em liberdade provisória** mediante cautelares diversas da prisão. Em momento algum houve representação da vítima por medida protetiva. Logo, é completamente inverídica e descabida a afirmação da notícia de que foi indeferida medida protetiva pelo juízo. Em 28 de fevereiro deste ano, o agente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva e audiência de custódia designada para a presente data", diz o comunicado da Amepa.

Jean foi preso pela polícia na última segunda-feira e conduzido à delegacia para a realização dos procedimentos cabíveis ao flagrante. A polícia não forneceu detalhes sobre o depoimento dele.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Polícia prende em flagrante homens que utilizavam documentos falsos para abrir crediários em lojas de Santarém

A prisão aconteceu por volta das 17h30 de quarta (1º) em uma loja de eletrodomésticos da cidade.

Por Dominique Cavaleiro e Ulisses Farias, g1 Santarém e TV Tapajós — PA

02/03/2023 08h48 Atualizado há 2 horas



Suspeitos foram presos na tarde de quarta (1º) em uma loja em Santarém —

Foto: Redes Sociais

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A polícia prendeu na quarta (1º) em Santarém, no oeste do Pará, quatro homens suspeito de envolvimento com estelionato. A prisão aconteceu por volta das 17h em uma loja de eletrodomésticos da cidade.

De acordo com informações da polícia, os quatro homens utilizavam documentos falsos para abrir crediários em lojas de departamento na cidade. Após abrir essas contas, eles faziam compras no local.

Ainda segundo a polícia, eles utilizavam dados de vítimas com as fotos deles nos documentos, por isso eles conseguiam realizar as ações criminosas.

Após uma movimentação suspeita do quarteto, a Polícia Militar conseguiu fazer a abordagem e prisão. Os quatro suspeitos foram apresentados na 16ª Seccional Urbana de Polícia Civil, onde o caso foi registrado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br